

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Prefácio</i>	XIII
<i>Apresentação</i>	XV
Capítulo 1 – DIREITO E EVOLUÇÃO	I
1. A juridicidade nas relações humanas	1
2. A evolução do conteúdo ideológico do Direito.....	3
3. O surgimento do Direito Econômico	5
4. Conceito.....	8
4.1. Direito Econômico e Direito da Economia.....	8
4.2. Conceito amplo e restrito.....	10
4.3. A concentração de empresas e a intervenção	11
4.4. O objeto do Direito Econômico	13
4.5. Política: Política econômica.....	14
5. Características do novo Direito.....	18
5.1. O declínio do princípio da generalidade da lei	19
5.2. A mobilidade	20
5.3. Ausência de codificação.....	20
5.4. A crise da imperatividade.....	21
5.5. Desmoronamento da fronteira: público-privado	22
5.6. Princípio da economicidade.....	24
5.7. Princípio da eficiência.....	26
5.8. Caráter concreto	27
5.9. As perspectivas microeconômica e macroeconômica.....	28
Capítulo 2 – FONTES DO DIREITO ECONÔMICO	31
1. Conceito de fonte do direito.....	31
2. Princípios e regras.....	33
3. Ordem jurídico-econômica	36
4. Constituição econômica: função transformadora.....	37
5. Princípios de Direito Econômico.....	37
6. Princípios e regras.....	39
6.1. A norma jurídica deve garantir a segurança nas relações jurídicas.....	39
6.2. A norma jurídica deve tomar como ponto de partida a realidade econômica	41
6.3. A norma jurídica deve procurar a reforma da realidade.....	43
6.4. A norma jurídica deve buscar o desenvolvimento sustentável.....	45
6.5. A norma jurídica deve buscar o equilíbrio dinâmico	47
6.6. A norma jurídica deve nortear-se pela eficiência e economicidade	47
6.7. A norma jurídica deve garantir a democracia econômica e social	49
6.8. A norma jurídico-econômica e o princípio da dignidade humana	49
6.9. A norma jurídica: eliminação de atos economicamente lesivos.....	50

6.10. A norma jurídica deve ser pragmática.....	51
6.11. A norma jurídico-econômica e o princípio da proporcionalidade.....	52
7. Tipos de fontes no Direito Econômico.....	56
8. A regulação como fonte de Direito Econômico	57
9. A medida provisória: instrumento de condução da política econômica.....	58
10. A Lei do Plano.....	59
 Capítulo 3 – ORDEM JURÍDICO-ECONÔMICA.....	61
1. Conceito de ordem	61
1.1. Conceito de ordem em Kant	61
1.2. Ordem política e econômica: Max Weber.....	62
2. Kósmos e táxis	63
3. Ordem e linguagem	64
4. A constituição econômica	66
4.1. Normas programáticas	70
5. Ordem jurídico-econômica brasileira	71
5.1. Conceitos complementares de ordem	71
5.2. Aspectos sincrônico e diacrônico.....	73
5.3. A Constituição de 1824.....	74
5.4. A Constituição de 1891	78
5.5. A Constituição de 1934.....	80
5.6. A Constituição de 1937	85
5.7. A Constituição de 1946.....	86
5.8. A Constituição de 1967-1969.....	88
5.9. A Constituição de 1988.....	90
6. Princípios gerais da atividade econômica	92
6.1. Os princípios gerais.....	92
6.1.1. Soberania nacional	93
6.1.2. Propriedade privada	94
6.1.3. Função social da propriedade.....	94
6.1.4. O princípio da livre concorrência	94
6.1.5. Princípio da defesa do consumidor	95
6.1.6. Princípio da defesa do meio ambiente	96
6.1.7. Princípio da redução das desigualdades regionais e sociais	97
6.1.8. Princípio da busca do pleno emprego	97
6.1.9. Princípio do tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte	97
6.2. O tratamento protecionista	98
6.3. O papel do Estado na ordem econômica.....	100
6.3.1. O abuso do poder econômico: papel repressor do Estado	101
6.3.2. A privatização: o afastamento do Estado	101
6.3.3. A efetivação das privatizações	102
6.3.4. A privatização como fenômeno mundial.....	104
7. Outras funções do Estado.....	107
 Capítulo 4 – ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL E REGIONAL.....	109
1. Existência de um Direito Econômico internacional.....	109
1.1. Aspectos de ordem econômica internacional	110
1.2. Conceituação.....	111
1.3. Especificidade do Direito Econômico internacional.....	111
1.4. As normas do Direito Econômico internacional	112
1.5. A ordem econômica internacional: sujeitos	113

1.6. A nova ordem econômica internacional.....	114
1.7. O Fundo Monetário Internacional – FMI.....	121
1.8. O Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio.....	124
1.9. A constituição da Organização Mundial de Comércio.....	125
2. Existência de um Direito Econômico regional	126
2.1. A União Europeia.....	126
2.2. A perspectiva latino-americana.....	133
2.3. A perspectiva latino-americana: o Mercosul.....	137
2.4. A consolidação do Mercosul	138

DOCUMENTÁRIO

• A Nova Ordem Econômica Internacional.....	140
• Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados	144
• Tratado de Assunção.....	155
• Protocolo de Brasília para a Solução de Controvérsias.....	161
• Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul: Protocolo de Ouro Preto	167
• Decreto n. 1.765, de 28 de dezembro de 1995	177

Capítulo 5 – INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO.....	179
1. Relação entre direito e economia.....	180
2. O materialismo histórico de Marx	180
3. O pensamento de Stammler	181
4. A concepção de Max Weber.....	181
5. A escola histórica da economia política.....	182
6. A atuação do Estado no domínio econômico: contexto histórico	185
7. Intervenção do Estado: pensamento do Papa João Paulo II.....	202
8. O pensamento de Ariño Ortiz	203
8.1. Razões que determinaram a intervenção do Estado.....	203
8.2. Modalidades da atuação governamental	204
8.2.1. Regulação econômica	204
8.2.2. Atuação fiscal e financeira	205
8.2.3. Iniciativa pública.....	205
8.2.4. Reservas ao setor público.....	205
9. Intervenção direta e indireta.....	207
10. A intervenção direta	208
11. A intervenção indireta	209

Capítulo 6 – O NOVO PAPEL DO ESTADO	213
1. Uma nova perspectiva para o Estado	213
1.1. A perspectiva dos blocos econômicos.....	215
1.2. As agências reguladoras.....	215
1.3. Os poderes das agências.....	218
1.4. Regular através da informação.....	219
1.5. Em busca de um modelo genuíno	226
2. Agência Nacional de Energia Elétrica	228
2.1. A Diretiva n. 96/EC e o mercado interno de energia	232
3. Agência Nacional de Telecomunicações.....	233
4. Agência Nacional de Petróleo.....	237
5. Banco Central do Brasil.....	238
6. Agências reguladoras e as relações de concorrência.....	239

7. Agência Nacional de Vigilância Sanitária.....	246
8. A criação de novas agências.....	246
Capítulo 7 – PLANEJAMENTO ECONÔMICO.....	249
1. A busca da racionalidade.....	249
1.1. Razão e democracia	250
1.2. Racionalidade e mercado	250
1.3. Planejamento e racionalidade	251
1.4. Gênese da racionalidade	253
2. O Plano é uma lei.....	258
2.1. O pensamento de Henri Jacquot	258
2.2. O pensamento de Laubadère.....	259
2.3. O pensamento de Burdeau	261
2.4. O pensamento de Farjat	264
2.5. O pensamento de Quadri.....	265
2.6. O pensamento de Gordillo	266
2.7. O pensamento de Chambre.....	267
2.8. O pensamento de Maystadt.....	267
2.9. O pensamento de Bernard.....	268
2.10. O pensamento de Kucera	269
2.11. O pensamento de Stáinov.....	270
2.12. A definição da Constituição de Portugal	272
2.13. A definição da Constituição da Espanha	273
2.14. O contexto semântico.....	273
3. História do planejamento no Brasil.....	274
3.1. Plano Especial de Obras Públicas.....	274
3.2. Plano de Obras e Equipamentos	274
3.3. Plano Salte	275
3.4. Comissão mista Brasil-Estados Unidos	275
3.5. Programa de Metas	276
3.6. Comissão Nacional de Planejamento.....	279
3.7. Plano Trienal de Desenvolvimento	280
3.8. Programa de Ação Econômica do Governo.....	282
3.9. Plano Estratégico de Desenvolvimento	283
3.10. Legislação sobre Planejamento.....	284
3.11. I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND	285
3.12. II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND.....	287
3.13. III Plano Nacional de Desenvolvimento – III PND.....	288
3.14. I Plano Nacional de Desenvolvimento – Nova República.....	289
3.15. Planos conjunturais.....	291
4. Planejamento econômico e ideologia.....	294
4.1. Planejamento: mito da criação pela linguagem	294
4.2. Planejamento: mito prospectivo.....	296
Capítulo 8 – ECONOMIA DE MERCADO E A CRISE FINANCEIRA.....	299
1. O fenômeno da crise	299
2. Crise – fenômeno cíclico	300
3. Diagnóstico da crise.....	301
4. Os “ismos”	305
5. O fim do capitalismo.....	306
6. A globalização.....	308
6.1. A eficiência e a inovação como fontes do desemprego.....	310

7. Persistência de uma economia de mercado.....	312
8. O Direito Econômico depois da crise	315
9. Os trabalhos de Farjat	316
10. O estudo do intervencionismo	317
11. Encaminhamento para uma nova fase.....	319
12. O Direito da concorrência como centro.....	320
13. Questões do Direito Econômico atual.....	321
14. A mundialização.....	321
15. A ética.....	322
16. A cultura	326
17. As relações entre econômico e político.....	327
18. Conclusão.....	327
19. Referências para aprofundamento da questão.....	328
Bibliografia	331